

Para onde vai a Geografia?

ANGÉLICA KARINA DILLENBURG HORII*

Resumo: O presente artigo aborda a evolução da Geografia enquanto pensamento científico, analisando seu objeto de estudo e suas categorias de análise durante todo o percurso da criação desse saber. Observa primeiramente a formação da Geografia Clássica, que teve seus princípios já instituídos na Antiguidade com Ptolomeu e Estrabão, desdobrando-se no período Iluminista com Ritter e Humboldt que fornecerão uma nova temporalidade a essa ciência. Atinge seu ápice na Modernidade Industrial com a racionalidade de Kant, onde Ratzel e La Blache utilizarão o determinismo e o possibilismo para constituir um discurso científico para a Geografia. Finaliza apontando a nova compreensão do mundo, conhecida como pós-modernismo por David Harvey (1992) ou por Milton Santos (1996) como Globalização, que junto a outros geógrafos e pesquisadores, indicam caminhos de análise dessa ciência na compreensão do seu objeto de estudo. Um diálogo entre os autores na construção do pensamento geográfico.

Palavras-chave: Epistemologia da Geografia; objeto de estudo; evolução do pensamento geográfico; categorias de análise.

Abstract: The present article discusses the evolution of geography as scientific thought, analyzing its object of study and its categories of analysis throughout the course of the creation of this knowledge. The article focuses first on the formation of classical geography, which had its principles already established in antiquity with Ptolemy and Strabo. It later continued in the Enlightenment period with Ritter and Humboldt, both of whom provided a new temporality to this science. Geography reached its apex in Industrial modernity with the rationality of Kant, while Ratzel and La Blache used determinism and possibilism to constitute a scientific discourse for geography. The discussion closes pointing to a new understanding of the world, known as post-modernism by David Harvey (1992) or by Milton Santos (1996) as globalization. Harvey and Santos, along with other geographers and researchers, indicate paths of analysis of this science in understanding of its object of study. A dialogue between the authors in the construction of geographical thought.

Key words: Epistemology of Geography; object of study; evolution of geographic thought; categories of analysis.



* ANGÉLICA KARINA DILLENBURG HORII é Mestra em Geografia (UNIOESTE); Professora QPM da Rede Pública do Estado do Paraná.

1. Princípios da geografia: a formação de uma ciência

Paisagem, Região, Território, Lugar, Sociedade-Natureza, são conceitos intrínsecos para a concepção da Geografia como uma ciência científica, sendo utilizadas como referenciais de sua base epistemológica. No entanto, em seu processo evolutivo, esta ciência sempre esteve atrelada a diversos enfoques, ora permeada pela condição natural na configuração de uma Geografia Física, ora voltada ao espaço social através da Geografia Humana. Iniciou com uma descrição da paisagem (Geografia Natural), passando por uma ciência da relação sociedade-meio (Geografia Clássica) e na modernidade como um estudo da organização espacial das sociedades (MOREIRA, 2006).

A Geografia, na qual nos encontramos hoje, dita moderna, é, segundo Gomes (1996) uma fusão entre o novo, mas com marcas do tradicional. Sua construção como ciência científica esteve ligada sempre a duas correntes de pensamento: de um lado encontrava-se a racionalidade, a razão, o saber metódico e normativo, conhecido como Positivismo; e de outro, como uma contracorrente, ligada a identidade, a subjetividade, o particular e a individualidade, conhecido como Romantismo ou Historicismo e também influenciada pela Filosofia da Natureza, a Hermenêutica e à Fenomenologia. Esse antagonismo aflorado gerou duras críticas, pois os filósofos viam essa dualidade como algo negativo. Muitos apontavam-na como uma ciência de tudo mas sem conteúdo, com muitas informações, mas sem um conceito.

A construção da Geografia como saber científico se inicia com proposições originadas já na Antiguidade Clássica, através da fundamentação filosófica de

Ptolomeu e Estrabão, onde desenvolveram as teorias da Cosmografia e Corologia respectivamente; sendo que o primeiro se ateuve à descrição física dos fenômenos, fazendo o uso de mapas e procurando descrever as formas da terra através de uma ideia lógico-matemática; e o segundo, utilizando a descrição regional para representar o vivido, que teve como resultado a produção da Odisseia. Essas duas escolas conviveram lado a lado até o período conhecido como tempos heróicos ou também chamado de Baixa Modernidade ou Holismo Iluminista por Moreira (2006). A partir de então, diversos acontecimentos vem à tona, como a Revolução Francesa ou o Século das Luzes, a proliferação da ciência e dos saberes, a nova temporalidade com os métodos de precisão, a constituição do Estado Moderno e o Estado de Direito que agora são debatidos publicamente, a nova racionalidade e estética com as linhas retas e os largos horizontes, a beleza urbana racional expressa através da forma e função (HARVEY, 1992), formarão uma nova temporalidade para o saber científico. Alexander Von Humboldt e Karl Ritter são os geógrafos proeminentes desse período, que procuram dar continuidade ao pensamento geográfico, utilizando-se de uma Geografia Geral e Regional. O primeiro relaciona a descrição dos fenômenos e a reciprocidade, observando a natureza como um conjunto orgânico, formando uma cadeia explicativa e com uma causalidade histórica, partindo do recorte ao todo e voltando ao recorte como elo construtor da unidade das paisagens. Seu espírito eclético permitiu combinar o racionalismo com o idealismo e o romantismo. Ritter faz o uso das ciências naturais e da filosofia, utilizando a hermenêutica em suas obras

e a teoria dos números de Platão com o estilo positivista. Observa a superfície terrestre a partir das individualidades regionais, centralizando a geografia no homem, onde observa a terra do ponto de vista antropocêntrico; ele vai do recorte ao todo para vê-lo como um todo diferenciado em áreas criando uma Geografia Comparada.

No entanto, é na Modernidade Industrial ou também chamada de Geografia Fragmentária ocorrida nos séculos XIX e XX, que esta ciência ganha corpo. Período onde ocorre a universalidade da razão, através de Immanuel Kant com seu racionalismo positivista, contribuindo para uma estruturação lógica do saber; é considerado o primeiro pensador que constituiu um discurso científico para a Geografia. Isaac Newton com a sua teoria da relatividade, forneceu as bases de mensuração dos fenômenos. Neste contexto nascem as sociedades científicas, o saber se especializa e novas teorias se sintetizam; todos os fenômenos são observáveis, tanto naturais como sociais, criando uma maneira lógica e uma cadeia de conexão entre ambos, dando origem ao Determinismo Geográfico, e fornecendo as condições para que Friedrich Ratzel e Paul Vidal La Blache deem forma as suas bases científicas. Ratzel desenvolveu uma Geografia Humana e Política através do seu espaço vital; com a Antropogeografia buscou formular leis para descrever os movimentos da humanidade, unindo as ciências da natureza e do homem através do determinismo positivista. La Blache faz uso da ciência entrelaçada com a religião, para tentar superar um único caminho através da racionalidade; em seus gêneros de vida aponta que o ponto de partida é o estudo do meio no qual está sujeito as ações do homem e que ao mesmo tempo sofre a sua ação,

colocando o esses no centro de tudo. Ambos os geógrafos utilizam as duas correntes de pensamento geográfico, a física e a humana, fornecendo elementos para a sua unicidade (MOREIRA, 2006). Oportuno lembrar que Charles de Montesquieu também ofertou a sua contribuição para a ciência geográfica, utilizando em suas pesquisas muito da relação natureza e cultura.

Fazendo uma observação, pergunta-se qual era o caminho que os geógrafos procuravam buscar para a validação da Geografia como uma ciência científica, pois duras críticas eram direcionadas ao seu objeto de estudo. Verifica-se, através de Gomes (1996) que eles procuravam meios que explicitassem que esta tivesse uma linguagem clara, objetiva e geral; um raciocínio lógico, objetivo com uma validade formal para que esta fosse legitimada cientificamente.

2. Evolução do pensamento geográfico: a geografia moderna

A partir do século XX, iremos presenciar uma renovação da ciência geográfica. Surgem correntes que criticam o objeto de estudo da Geografia propostos no período anterior, e dão forma a um novo racionalismo, utilizando a probabilidade através da lógica e da matemática. Sauer, Hartshorne e Schaefer criam um Positivismo Crítico ou Neopositivismo. A partir de 1950, ela surge como uma Nova Geografia ou também conhecida como Quântica, através de uma teoria geral dos sistemas (HARVEY, 1992). Esse discurso analítico faz a passagem de uma geografia clássica para uma dita moderna. Porém, como ela era uma renovação da Geografia Positivista, novamente surgem contracorrentes como a Antropologia Cultural, que estuda os comportamentos sociais, e o

Materialismo Histórico Dialético, ligado a Karl Marx, onde estes denunciavam que a Geografia Quântica não abordava as questões sociais, observando o ser humano apenas como números. Yves Lacoste e Henri Lefebvre usam as teorias de Marx para elucidar esses discursos, mas colocam o espaço como centro do seu trabalho, pois na teoria dialética ele estava relegado a segundo plano (GOMES, 1996).

A última corrente a surgir após esse período foi a Geografia Humana. Ficou entendido que a ciência geográfica não possui apenas uma via de estudo, mas sim várias. Esta corrente utiliza referenciais variados, sem nenhuma exclusão, através de um movimento geral, coerente e integrado. O homem está no centro das preocupações, e a alteridade, o antropocentrismo, o holismo, o espaço como lugar, o homem como produtor de cultura, a fenomenologia, o estudo do espaço vivido e a hominização do homem pelo homem via trabalho, atribuem um significado ao conceito da Epistemologia Geográfica.

3. A globalização e o novo olhar da geografia

Durante a evolução das correntes de pensamento da ciência geográfica, o território, a região, o lugar, foram importantes categorias de análise para o enraizamento dessa disciplina enquanto ciência. E hoje, para Harvey (1992), elas precisam ser compreendidas dentro de uma nova dinâmica, conhecida segundo ele como um mundo pós-moderno, onde as redes e os espaços de mercado tem-se tornado em grandes batalhas na ocupação do território e do espaço. Para Santos (1996), o período atual conhecido como Globalização ou Revolução técnico-científico-informacional, nos mostra que o papel do Estado e suas relações de Poder e de

poder dos atores sociais tem aberto/configurado e reconfigurado caminhos para uma nova dinâmica territorial, das fronteiras e das relações sociais. As relações homem-espaço precisam ser repensadas de acordo com a nova dinâmica globalizada.

A organização do mundo moderno se vê fluir por um emaranhado e complexo jogo de inter-relações nas esferas políticas, técnicas e culturais. A desregulamentação da economia atrelada a despatrimonialização dos estados nacionais, cria uma nova divisão internacional do trabalho, onde os grandes monopólios mundiais balizam o atual estágio, marcado pela polivalência e a terceirização, moldando novas conjunturas. A relação ambiental entre homem e meio se modifica a partir do desenvolvimento da engenharia genética e da biologia molecular, com seu padrão auto-regenerativo. Assim, cria-se um novo espaço, o bioespaço, com uma reestruturação do Estado, da técnica, da relação ambiental e da escala global (MOREIRA, 2006).

O dilema do século XXI segundo Haesbaert (2004) é o da multiterritorialidade ou os múltiplos territórios, onde podemos experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso. A pós-modernidade é marcada por um mundo sem fronteiras, através da instantaneidade dos transportes e comunicação; um modo de ser isento no espaço e no tempo.

Para Mészáros (1995), a fase do capitalismo incontrolável vivido no mundo pós-moderno, abre as portas para a generalização dos conflitos sociais. Ele aponta que o controle sociometabólico do capital sobre o trabalho está em seus limites, onde este, pode ser presenciado através da precarização do trabalho, na crise

ambiental e na obsolescência planejada. Os elementos que alimentaram o crescimento do capital agora tornam-se disfuncionais, passando a ameaçar essa macroestrutura como modo de controle dominante da atividade produtiva, gerando uma forma de produção destrutiva. Por consequência, gera uma crise nas estruturas sociais, pois ela se recria contraditoriamente sendo-se necessário for, destruir uma parte da humanidade para a sua reprodução. No dizer de Santos (1996), a racionalidade dominante impõe seus próprios limites.

Harvey (1992) argumenta que a ciência geográfica precisa compreender as novas relações sociais de produção e de riquezas nesta fase espaço-temporal, pois surge um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo, que se apoderou das práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe e da vida social e da cultura. Assim, atributos como a acumulação flexível, o espaço como o centro das atenções e não mais o tempo, a sociedade do descarte, o uso de símbolos e imagens, a virtualização, o ciberespaço, a instantaneidade, o fragmentário, a sociedade de controle (HAESBAERT, 2004) e a compreensão espaço-tempo (glocalização), necessitam ser elencados na produção desse saber científico. A técnica (evolução), o tempo (instantâneo) e o motor da vida social e econômica (mais-valia), formam a base da Globalização e das transformações do espaço geográfico (SANTOS, 1996).

Moreira (2006) questiona sobre um novo olhar geográfico sobre o mundo, observado através da rede global e da fluidez através da divisão internacional do trabalho e das trocas, onde os cidadãos são nós e os computadores circuitos; assim estar em rede torna-se o primeiro mandamento, pois fazer

política passou a significar construir um grande arco de alianças para organizar-se em rede. A coabitação cria o mundo como espaço do homem; segundo o autor, diz-se “ocupar um lugar no espaço”.

Santos enfatiza que a técnica pode ser um meio para explicar a Geografia, pois a relação homem-meio é condicionado por esta. O espaço é formado por objetos e quem os determina é o espaço, sendo que o objeto técnico é um ponto de encontro entre o meio técnico e o geográfico. Sempre houve dificuldades na fusão do tempo-espaço, no entanto a técnica é o traço desta união, conjugada através do trabalho, tornando concreto o espaço (SANTOS, 1996).

Oliveira (2007) argumenta que até no campo essas relações capitalistas estão presentes, onde o camponês está sujeito ao capital, sem que este seja expulso da sua terra, sem que dê a expropriação dos seus instrumentos de produção. Isso ocorre através da sujeição da renda da terra ao capital, através da compra e venda da terra ou subordinação da produção. O capitalismo é o modo de produção da mais-valia (trabalho social não pago) onde o produto final é a mercadoria. Assim, é a mercadoria que surge como relação social entre as pessoas, e as pessoas tornam-se “coisas”, invertendo-se o papel.

Raffestin (1993) enfatiza que o espaço é o lugar onde se projeta o trabalho, revelando relações marcadas pelo poder e realizada através de relações sociais. Para ele, o espaço é um lugar ou um campo de possibilidades, onde esta prática espacial pode ser visualizada através da projeção euclidiana, marcada por pontos, linhas e plano. Na prática espacial, isso significa dizer que vivemos marcados por nós, redes e uma tessitura, que se interligam através dos fatores econômicos, políticos, sociais e

culturais. Assim, a tessitura marca a delimitação de um campo de ação, de um poder ou do poder em uma área precisa; o ponto seriam as aldeias, cidades e os grandes centros urbanos, simbolizando a posição dos atores; já a rede é o sistema de linhas que desenham as tramas, onde delimita-se a imagem do Poder.

Nesse sentido, Santos (1996) aponta que os territórios-rede, frutos da Globalização, formalizadas através das diversas corporações conhecidas como Transnacionais ou grandes organizações mundiais, tem criado um poder político/normativo através de forças centrífugas sobre o local, também chamados de verticalidades, onde estes tem o papel de desenvolvimento das técnicas. Os Estados que são um aparato ao poder normativo dessas grandes corporações, usam desses meios para assentar o seu poder sobre os Territórios Nacionais, sendo que as políticas de integração procuram apagar as diferenças, porque estas se constituem em obstáculos ao desenvolvimento de um poder total. As horizontalidades ou os fixos são as forças centrípetas fixadas sobre o lugar onde ocorrem o desenvolvimento das técnicas, e os fluxos, são ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando seu valor e ao mesmo tempo se modificam, na qual expressam a realidade geográfica.

No entanto, essa Globalização dita hegemônica, tem sido seletiva. Muitas áreas acabam por ser excluídas desse processo por não condizerem com os atributos necessários a reprodução desse paradigma, ou devido a instantaneidade, ela desativa e ativa redes a todo o momento. Observa-se que ela cria uma contra-hegemonia, onde o local e o global se entrelaçam e dão surgimento a outras formas de relações; são porém

contraditórias a esse discurso, mas que alimentam as classes excluídas nessa dinâmica des-reterritorializadora (HAESBAERT, 2004). Para Morin (apud SANTOS, 1996, p. 188), “[...] o mundo em via de homogeneização, de unificação e organização, ao mesmo tempo está em via de heterogeneização, desorganização, conflitos e crise”.

Para Haesbaert (2004) o mundo pós-moderno fornece dois tipos de desterritorialização: o primeiro pautado nos grupos hegemônicos ou também conhecidos como globalizados; e o segundo, nos grupos subordinados ou precariamente incluídos na dinâmica globalizadora. Esta ocorre política, econômica e culturalmente através da globalização, da acumulação flexível e da deslocalização; inicia-se a partir da acumulação primitiva do capital, desenvolvendo-se em dois espaços, o espaço-de-lugares (identificado com os estados) e o espaço-de-fluxos (transnacionais). Com a perda do poder estatal, ocorre a desterritorialização política, onde a Globalização econômica e o ciberespaço da informação produzem a desterritorialização das fronteiras, criando os territórios-rede. No entanto estamos em constante movimento de des-reterritorialização, abandonando territórios e fundando outros, pois não há indivíduo sem território.

A proposta atual de definição da ciência geográfica para Santos (1996), é formular um sistema de conceito que abranja o estudo do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço, dando conta do todo e das partes em suas interações. Trabalhar o conjunto dessa interação dando conta da multiplicidade e diversidade de situações e processos, é a proposta do geógrafo. Esse enfoque permite transitar

entre o passado ao futuro mediante consideração do presente.

Assim, possibilitar às discussões desses conceitos geográficos, ligados as categorias de análise da Geografia e ao seu objeto de estudo no contexto mundial a qual estamos inseridos, valida todo o discurso do pensamento geográfico até aqui abordado, pois revela na prática esta fusão das multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004), da tecnociência (SANTOS, 1996), da Geografia de Poder (RAFFESTIN, 1993) e do capital incontrolável (MÉSZÁROS, 1995) no discurso pós-moderno (HARVEY, 1992).

Referências

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 1995.

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

*Recebido em 2015-07-16
Publicado em 2016-02-14*